

Apelação Cível n. 2011.058868-7, de Abelardo Luz  
Relator: Des. Carlos Adilson Silva

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. IPTU. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CASAN. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA, PREVISTA NO ART. 150, VI, "A", DA CRFB/88 ASSEGURADA. BENEFÍCIO CONSTITUCIONAL RESTRITA AOS IMPOSTOS, EXCLUÍDAS AS TAXAS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE SODALÍCIO ESTADUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 26/02/2013).

"Esta Corte firmou o entendimento de que as sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público, sujeitam-se à imunidade tributária recíproca, e de que essa imunidade é relativa apenas aos impostos" (RE n. 342.314-2/RS, rel. Min. Gilmar Mendes).

ESTABELECIMENTO DE ASTREINTES VISANDO DAR EFETIVIDADE À DECISÃO QUE ANTECIPOU OS EFEITOS DA TUTELA, SUSPENDENDO A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS REFERENTES AO IPTU. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO *EX OFFICIO*, COM BASE NO PODER GERAL DE EFETIVAÇÃO PREVISTO NO ART. 461, § 5º, DO CPC.

"Já se pode ver que a regra da congruência objetiva, construída a partir da análise sistemática dos arts. 128 e 460 do CPC, é mitigada neste particular, admitindo-se a atuação oficiosa do juiz. Quebra-se, com isso, o princípio da inércia da jurisdição (art. 2º, CPC) e isso tem uma razão de ser: considerando que, em nome do direito fundamental à tutela executiva, o legislador abriu mão da tipicidade dos meios executivos, possibilitando a imposição, pelo magistrado, da providência que, à luz do caso

concreto, se revele mais apropriada à efetivação da sua decisão, naturalmente que essa atuação não poderia ficar sujeita aos limites do pedido formulado pelo autor" (SARNO, Paula; CARNEIRO, Leonardo José; OLIVEIRA, Rafael; DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 5. 3ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2011, p. 443).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 2011.058868-7, da comarca de Abelardo Luz (Vara Única), em que é apelante Município de Abelardo Luz, e apelada Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN:

A Terceira Câmara de Direito Público decidiu, à unanimidade, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, fixando, de ofício, *astreintes* no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia em caso de descumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela. Custas legais.

Participaram do julgamento, realizado no dia 10 de dezembro de 2013, os Exmos. Srs. Des. Luiz César Medeiros (Presidente) e Des. Cesar Abreu.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2013.

Carlos Adilson Silva  
RELATOR

## RELATÓRIO

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento Â- CASAN ajuizou "ação anulatória c/c repetição de indébito com pedido de antecipação dos efeitos da tutela" em face do Município de Abelardo Luz, alegando que o ente federado exige-lhe indevidamente o pagamento de IPTU e outros tributos municipais, mas que, na qualidade de sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de natureza essencial, tem direito à imunidade recíproca estabelecida no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

Requeru a antecipação dos efeitos da tutela para impedir o lançamento do crédito tributário; a declaração de inconstitucionalidade da cobrança de tributos municipais, com o reconhecimento da imunidade tributária recíproca; a condenação do Município réu à restituição dos valores pagos indevidamente nos últimos 05 (cinco) anos, em montante a ser apurado em sede de liquidação de sentença (fls. 02-21).

Foi deferido o pedido de antecipação de tutela, suspendendo-se a exigibilidade dos créditos de IPTU já lançados pelo Município de Abelardo Luz (fls. 39-41).

Regularmente citado, o ente municipal apresentou resposta em forma de contestação, sustentando, em suma, que: a) a requerente visa e auferir lucros, os quais inclusive são distribuídos aos acionistas; e b) não há qualquer investimento em saneamento básico no Município de Abelardo Luz. Requeru a revogação da decisão que antecipou os efeitos da tutela e pugnou pela improcedência dos pedidos formulados na inicial (fls. 44-50).

Houve réplica (fls. 95-100).

Sobreveio a sentença, através da qual o magistrado *a quo* julgou procedente o pedido articulado pela autora, consignando na parte dispositiva (fls. 104-109):

Diante de todo o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado por **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN** em face do **Município de Abelardo Luz**, forte no artigo 269, I, do CPC, para: **a) confirmar** a antecipação de tutela deferida; **b) declarar** a ilegalidade da cobrança do IPTU da autora diante da imunidade recíproca ora reconhecida; **c) condenar** o requerido a restituir as quantias pagas indevidamente pela autora nos últimos 05 anos que antecederam a propositura da ação, devidamente corrigido desde a data do pagamento indevido e com juros de mora a partir do trânsito em julgado da sentença (CTN, art. 167, parágrafo único; STJ, Súmula 188), montante a ser apurado em liquidação de sentença.

**Condeno** o réu ao pagamento de honorários advocatícios ao procurador da autora que ora fixo em R\$ 800,00 (art. 20, 3, c/c 20, 4 CPC), considerando-se a pouca complexidade do caso, o julgamento antecipado da lide e por ser a demanda movida em face de ente público.

Sem custas, por ser o Município isento, nos termos da LCE 156/97.

Inconformado com o veredicto, o demandado interpôs recurso de apelação. Reeditou a tese defensiva, requerendo a reforma da sentença, com a

inversão dos ônus sucumbenciais (fls. 113-119).

Com as contrarrazões (fls. 124-129), os autos ascenderam a esta Corte de Justiça, sendo posteriormente distribuídos a este Relator, designado para atuar como cooperador junto a este Órgão Fracionário.

A douta Procuradoria-Geral da Justiça, por meio de parecer da lavra do ilustre Dr. Francisco José Fabiano, deixou de se manifestar sobre mérito da causa (fls. 133-134).

Por fim, a autora informou o descumprimento da sentença no capítulo em que confirmou a antecipação da tutela, em decorrência da expedição de carnês, por parte do Município de Abelardo Luz, para o pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 2012 e 2013, razão pela qual requereu a intimação do apelante para cumprir a decisão sob pena de multa, fulcrada no art. 461, § 4º, do Código de Processo Civil, evitando-se, assim, que ocorra novo descumprimento (fls. 136-137).

Intimado para se manifestar a respeito da petição de fls. 136-137 e demais documentos que foram juntados pela parte autora (fl. 160), o Município de Abelardo Luz deixou transcorrer *in albis* o prazo para manifestação (fl. 163).

É o relatório.

#### VOTO

Trata-se de apelação cível interposta pelo Município de Abelardo Luz contra a sentença que, em "*ação anulatória c/c repetição de indébito com pedido de antecipação dos efeitos da tutela*", julgou procedentes os pedidos formulados na inicial, reconhecendo a imunidade recíproca sobre os impostos municipais, e condenando o apelante a restituir as quantias pagas indevidamente pela autora nos últimos 05 (cinco) anos que antecederam a propositura da ação, com correção monetária desde a data dos pagamentos indevidos e juros de mora a partir do trânsito em julgado da sentença (CTN, art. 167, parágrafo único; STJ, Súmula 188).

Com acerto o pronunciamento judicial *sub examine*, porquanto é pacífico o entendimento de que a imunidade tributária recíproca é extensiva às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, tal como a CASAN.

Assim, sem maiores delongas, peço vênica para transcrever, em parte, o brilhante voto exarado pelo Des. Pedro Manoel Abreu, integrante deste Órgão Fracionário, nos autos da Apelação Cível n. 2012.013590-8, de Rio do Oeste, julgado em 04/06/2013, no qual participei como voto vogal, passando a integrar os fundamentos deste julgado:

Apelação cível. Ação anulatória c/c repetição indébito tributário. IPTU e impostos municipais. Imunidade recíproca. Sociedade de economia mista que presta serviço público essencial (CASAN). Exegese do art. 150, VI, alínea a, da Constituição Federal. Precedentes do STF e da Corte catarinense. Repetição devida. Juros de mora e correção escorreitamente estabelecidos. Honorários advocatícios arbitrados com razoabilidade. Sentença mantida. Recurso desprovido.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto é abrangida pela imunidade tributária recíproca, nos termos da alínea a do inciso VI do art. 150 da

Constituição Federal. Precedentes (STF, RE 631309 AgR, rel. Min. Ayres Britto, j. em 27/03/2012).

**Do corpo do aresto:**

O cerne da controvérsia reside em saber se as sociedades de economia mista que prestam serviços públicos foram ou não agraciadas com a imunidade tributária prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da Constituição da República, relativa à exigência de IPTU e outros impostos.

De início, nota-se que o recurso não merece amparo, na medida em que a sentença está ancorada na compreensão do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (STF, AC 1851 QO/RO, rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008).

Mais recentemente, aquela mesma Corte Suprema assentou:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO. APLICABILIDADE. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto é abrangida pela imunidade tributária recíproca, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido (STF, RE 631309 AgR, rel. Min. AYRES BRITTO, j. 27.3.2012).

A propósito, essa é exatamente a hipótese dos autos em que a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), sociedade de economia mista prestadora do serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto, vem sendo compelida pelo Município de Laurentino ao pagamento de impostos municipais, especialmente do IPTU.

Assim, ainda que haja orientações contrárias, entendendo que a CASAN por ser sociedade de economia mista que cobra tarifas pelos serviços que presta, não estaria albergada pela imunidade tributária que atinge as autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, é pacífico o entendimento de que aquela concessionária de serviço público relativo ao fornecimento de água e saneamento goza de imunidade tributária referente ao Imposto Predial Territorial Urbano e outros impostos municipais, pois presta serviços preponderantemente públicos, substituindo o Estado na execução de tarefas de necessidade e interesses dos administrados.

Essa, aliás, é a compreensão também deste Tribunal de Justiça, que reiteradamente tem averbado:

TRIBUTÁRIO. IPTU. IMUNIDADE RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, VI, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. "A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de

6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11). (TJSC, Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 26-02-2013)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - REEXAME NECESSÁRIO - IPTU - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - ART. 150, INC. VI, ALÍNEA 'A' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO (CASAN) - IMUNIDADE RECÍPROCA ASSEGURADA - PRECEDENTES DO STF E DA CORTE - JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA ESCORREITAMENTE ESTABELECIDOS - SENTENÇA MANTIDA 1. "As empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC 1851 QO/RO, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008). "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF". (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke)" (AC n. 2010.039003-4, rel. Des. Jaime Ramos, j. 9.12.2011). 2. "Em se tratando de ação de natureza tributária, os valores devem ser atualizados a contar da data do adimplemento de cada parcela e acrescidos de juros a partir da trânsito em julgado, nos termos do art. 167 do Código Tributário Nacional e da Súmula n. 188 do Superior Tribunal de Justiça" (AC n. 2011.085598-0, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 3.4.2012). (TJSC, Reexame Necessário n. 2010.082615-1, de Canoinhas, rel. Des. Rodrigo Collaço, j. 31-05-2012)

REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO AFORADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTRA MUNICÍPIO. DÉBITOS DE IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO (ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). EXTENSIVIDADE ÀS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA ESCORREITAMENTE ESTABELECIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. I. A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que "as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC n.1851 QO, relª. Minª. Ellen Gracie, j 17.6.08). II. Em se tratando de ação de natureza tributária, os valores devem ser atualizados a contar da data do adimplemento de cada parcela e acrescidos de juros a partir da trânsito em julgado, nos termos do art. 167 do Código Tributário Nacional e da Súmula n. 188 do Superior Tribunal de Justiça. III. Fixados os honorários advocatícios equitativamente, com atenção aos critérios engastados no art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, devem ser como tal mantidos. (TJSC, Reexame Necessário n. 2011.085598-0, de Tangará, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 03-04-2012)

TRIBUTÁRIO. CASAN. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU). IMUNIDADE CONSTITUCIONAL. Tratando-se de

atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente à incidência tributária dos impostos. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF. (TJSC, Apelação Cível n. 2011.019146-0, de Rio do Oeste, rel. Des. Newton Janke, j. 14-02-2012)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO INSTAURADA PELA CASAN CONTRA MUNICÍPIO. PRETENSÃO DO MUNICÍPIO A COMPENSAÇÃO DE VALORES ORIGINADOS DE DÉBITOS DE IPTU EXISTENTES EM NOME DA EMPRESA ACIONANTE. EXEQUENTE QUE, MESMO SENDO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO (SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA), EXERCE ATIVIDADE PREPONDERANTEMENTE PÚBLICA, SENDO-LHE, POR ISSO, EXTENSÍVEL O INSTITUTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (ART. 150, VI, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STF E DESTE SODALÍCIO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. "A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (AI n. 2010.051171-7, de Tangará, Rel. Des. João Henrique Blasi, j. 22.3.2011). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2011.055489-9, de Lages, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 06-12-2011)

IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. PRECEDENTES. "Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer)". (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009). RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2011.026919-6, de Xanxerê, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 24-07-2012)

Notadamente, a anulação dos lançamentos efetuados era, de fato, medida de rigor. [...].

A propósito do tema, é como leciona Roque Antônio Carrazza:

As sociedades mistas e as empresas públicas, enquanto delegatárias de serviços públicos ou de atos de polícia, são instrumentos do estado e, neste sentido, são entidades tão públicas quanto ele. Desempenham atividades que as empresas privadas jamais assumiriam, a não ser que contratadas pelo próprio estado, sob a forma de concessão ou de permissão.

Podemos, pois, dizer que, neste caso, as sociedades de economia mista e as empresas públicas, pelas atribuições delegadas de poder público que exercitam, são, tão-só quanto à forma, pessoas de direito privado. **Quanto ao fundo são instrumentos do estado, para a prestação de serviços públicos ou a prática de**

**atos de polícia. Acabam fazendo as vezes das autarquias, embora - damo-nos  
pressa em proclamar - com elas não se confundam.**

[...]

Neste sentido, enquanto atuam como se pessoas políticas fossem, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não podem ter embaraçada ou anulada sua ação pública por meio de impostos. Esta é a consequência de uma interpretação sistemática do art. 150, VI, 'a', da CF.

**Não se deve distinguir a empresa estatal e a pessoa política que instituiu,  
mas, simplesmente, se a hipótese de incidência (fato gerador *in abstracto*) do  
imposto provém da prestação de serviços públicos ou do exercício do poder  
de polícia, isto é, de atividades de competência governamental. Em caso  
afirmativo, são, s.m.j., alcançadas pelos benefícios do art. 150, VI, 'a', da CF.**

[...]

Em suma, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando prepostas à atividade administrativa (*latu sensu*), isto é, enquanto desempenham funções estatais, não podem ser sujeitos passivos de impostos (federais, estaduais ou municipais) (*Curso de Direito Constitucional Tributário*. 19ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 654-656). [grifou-se]

No tocante ao fato de auferir lucro a concessionária, bem se pronunciou o magistrado sentenciante no sentido de que "(...) *a distribuição ou não de lucros não é argumento válido para se vedar a incidência da imunidade recíproca do artigo 150, VI, "a", e § 2º, da CFRB/88, já que não é exigência do referido dispositivo legal* Â— *e nem do artigo 9º, IV, "a", c/c 12 e 13, ambos do CTN* Â—, ao contrário da imunidade prevista no artigo 150, VI, "c", da CFRB/88 c/c art. 9º, "c" c/c 14, ambos do CTN (*imunidade dos partidos políticos e respectivas fundações*)" (fl. 68).

Vale acrescentar, mesmo que não tenha sido cogitado nos autos, a benesse constitucional restringe-se aos impostos Â— excluídas as taxas e contribuições sociais Â— nos termos em que já decidiu o Supremo Tribunal Federal:

Recurso extraordinário. Sociedade de economia mista. Serviço de saneamento básico. Imunidade tributária recíproca. Aplicação. Possibilidade, *in casu*, mas somente no tocante aos impostos, excluídas as contribuições sociais e taxas.

[...]

**Esta Corte firmou o entendimento de que as sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público, sujeitam-se à imunidade tributária recíproca, e de que essa imunidade é relativa apenas aos impostos. (RE n. 342.314-2/RS, rel. Min. Gilmar Mendes).** [grifou-se]

Por fim e ao cabo, observa-se que a CASAN peticionou aos autos requerendo a aplicação de multa cominatória em desfavor do apelante, com base no art. 461, § 4º, do Código de Processo Civil, tendo em vista que o Município expediu carnês para o pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 2012 e 2013.

No caso, contudo, não há propriamente um descumprimento da determinação levada a efeito pela decisão de fls. 39-41, e confirmada pela sentença à fl. 109, porquanto os documentos de fls. 138-159 apenas evidenciam o envio de



carnês por parte da municipalidade, ao passo que a decisão liminar apenas determinou a suspensão da exigibilidade dos créditos de IPTU já lançados pelo Município de Abelardo Luz.

Nada obstante, visando dar efetividade ao pronunciado impugnado, para que não se corra o risco de posterior inscrição do débito relativo aos créditos de IPTU em dívida ativa, vale acrescentar que o poder geral de efetivação — como forma de obtenção da tutela específica da obrigação imposta na decisão judicial —, permite ao magistrado arbitrar multa cominatória inclusive *ex officio*, conforme expressamente permite o art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

[...]

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

A propósito, ensinam Fredie Didier Jr., Leonardo J. C. Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Oliveira:

Já se pode ver que a regra da congruência objetiva, construída a partir da análise sistemática dos arts. 128 e 460 do CPC, é mitigada neste particular, admitindo-se a atuação oficiosa do juiz. Quebra-se, com isso, o princípio da inércia da jurisdição (art. 2º, CPC) e isso tem uma razão de ser: considerando que, em nome do direito fundamental à tutela executiva, o legislador abriu mão da tipicidade dos meios executivos, possibilitando a imposição, pelo magistrado, da providência que, à luz do caso concreto, se revele mais apropriada à efetivação da sua decisão, naturalmente que essa atuação não poderia ficar sujeita aos limites do pedido formulado pelo autor.

Basta pensar na situação em que o autor deixa de requerer a imposição de medida coercitiva ou naquela em que ele requer uma medida flagrantemente ineficaz (p. ex., imposição a réu insolvente de multa diária de valor expressivo). Tivesse o juiz que ficar adstrito ao seu pedido, decerto que seria letra morta o poder geral de efetivação conferido pelo próprio § 5º do art. 461. (*Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 5. 3ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2011, p. 443)

Portanto, à vista do caráter inibitório da medida, para que se cumpra o fim almejado pela decisão que antecipou os efeitos da tutela, determinando a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários referentes ao IPTU — por corolário lógico, independente do exercício a que ele se refira — e não se torne, assim, inócua a providência de fls. 39-41, entendo prudente a fixação de *astreintes* no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de descumprimento da medida.

Em razão do exposto, vota-se no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o *decisum* oburgado por seus próprios fundamentos, e fixando, de ofício, *astreintes* no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia em caso de descumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela, devendo o Município de Abelardo Luz ser intimado para cumprir o ordem judicial, sob pena de incidência da multa arbitrada.

Este é o voto.

Impresso por: 99428725668 - VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO  
Em: 26/10/2017 - 16:48:18